DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA INCORPORAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA EM DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS - ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Guilherme Augusto FERNANDES

Instituto de Biociências de Botucatu – UNESP / Prefeitura Municipal de Botucatu

Eixo 02: Didática

guilherme.augusto-fernandes@unesp.br

Palavras-chave: Currículo. Ensino Fundamental. Didática Histórico-Crítica

Resumo

Este relato de experiência tem por objetivo refletir sobre possibilidades, limites e contradições na incorporação de princípios da pedagogia histórico-crítica durante a elaboração de diretrizes curriculares municipais de Botucatu-SP, em um contexto de trabalho coletivo e diferentes concepções pedagógicas. A criação do texto envolveu um grupo de trabalho da disciplina de Ciências da Natureza, constituído por quatro participantes, dos quais dois autores redigiram o trabalho final no período de maio a junho de 2025. A partir da experiência, foi possível articular princípios e ações da elaboração curricular com fundamentos da pedagogia histórico-crítica, como a mediação entre esferas cotidianas e não cotidianas, elementos para a problematização da prática social e instrumentalização; expressão da luta de classes. Para isso, o texto incluía enunciados sintéticos sobre conteúdos escolares a partir de subtemas dos eixos temáticos “Terra e Universo”, “Vida e Evolução” e “Matéria e Energia”, complementados com referências robustas para aprofundamento e a correlação de habilidades do Currículo Paulista no rodapé de cada tópico. As referências incluíam grupos e instituições do município que apresentam em suas práticas, no trabalho e na cultura, elementos relacionados aos temas curriculares. Assim, o trabalho expressa as estratégias adotadas para esta articulação, cuja aprovação dos pares culminou em um documento que possibilita a ampliação do repertório formativo dos educadores, desafiando a lógica do “aprender a aprender”. Concluímos que aproximações com o referencial histórico-crítico são possíveis mesmo em contextos institucionais contraditórios e podem ser enriquecidas com novas experiências curriculares em cenários semelhantes.

Palavras-chave: Currículo. Ensino Fundamental. Didática Histórico-Crítica

1. Introdução

O presente trabalho se caracteriza como um relato de experiência que analisa as possibilidades, limites e contradições da incorporação de princípios da pedagogia histórico-crítica nas diretrizes curriculares municipais do município de Botucatu - SP, a partir de uma elaboração coletiva. A partir desta experiência, foi possível refletir sobre a relação entre agência e estrutura, contradições entre diferentes perspectivas pedagógicas e possibilidades de incorporação de princípios da pedagogia histórico-crítica.

A elaboração das diretrizes partiu da necessidade de uma abordagem curricular contextualizada, conforme a Lei nº 13.415/17 (Brasil, 2017), que enuncia no primeiro parágrafo do artigo 35 a parte diversificada do currículo: "(...) definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural".

O documento denominado "Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais – EJA e Anos Finais de Botucatu - SP" ainda está na fase de diagramação e não se encontra publicado até a presente data. Para sua elaboração, a Secretaria Municipal de Educação de Botucatu realizou um convite aos professores efetivos da rede para contribuírem com suas áreas de especialidade, criando grupos de trabalho nas disciplinas e temas curriculares orientados por coordenadoras gerais.

Entre os tópicos do currículo, encontram-se temas como "Escola em Tempo Integral", "Educação Especial", "Educação Étnico-Racial" e as disciplinas presentes no ensino fundamental (anos iniciais e finais), dentre as quais "Ciências da Natureza". Para a elaboração desta disciplina, contamos com um grupo de trabalho cujas reuniões foram frequentadas em escolas ou na Secretaria Municipal de Educação por quatro participantes; dentre eles, dois autores se responsabilizaram por redigir o texto da disciplina e um deles adotou a pedagogia histórico-crítica como referencial teórico. Destaca-se que no documento assume-se o "sociointeracionismo" no tópico "Concepção de Aprendizagem" como elemento geral do currículo.

Neste cenário, a proposta apresentou elementos de uma gestão democrática ao convidar os professores da rede a comporem a elaboração do documento, com alto grau de liberdade autoral, além da divulgação da versão preliminar entre as gestões escolares com encaminhamento para toda a equipe de professores, a fim de receber contribuições como críticas, correções e complementações antes da versão final.

2. Elementos teóricos e práticos para a elaboração curricular

Levando em conta a situação concreta da elaboração do currículo municipal de Botucatu, trataremos de elementos práticos e teóricos que possam contribuir na incorporação de princípios da pedagogia histórico-crítica em um contexto de diferentes concepções pedagógicas e trabalho coletivo.

Cada grupo desfrutou de grande autonomia para a criação dos textos que compuseram as diretrizes, tendo algumas orientações básicas da coordenação geral. Como consequência, a formatação, o tamanho e o conteúdo dos textos em cada disciplina apresentaram grande variação. Neste sentido, houve também uma grande liberdade criativa, de modo que após a elaboração do texto, sua apreciação pelos pares e pela coordenação passou por correções pontuais e não sofreu alterações significativas. O prazo, entretanto, foi curto. Após o contato inicial da coordenação geral e a constituição do grupo de trabalho da disciplina, houve dois meses de tempo hábil para que o grupo redigisse o texto, o que foi concomitante com o período letivo entre os meses de maio e junho de 2025 e tornou o processo desafiador.

Considerando os elementos teóricos, a partir da pedagogia histórico-crítica compreendemos o “sociointeracionismo” como um produto histórico de aproximações entre Vigotski e o construtivismo (Duarte, 2000) de modo a empobrecer a autonomia teórica da psicologia histórico-cultural e suas distintas concepções de desenvolvimento humano. Ainda que o processo dos grupos de trabalho tenha apresentado alto grau de autonomia em relação à produção do documento como um todo, a orientação geral teórica apresenta contradições com a concepção histórico-crítica que poderiam ser evidenciadas. Outro aspecto central a ser considerado é a subordinação do documento ao Currículo Paulista (São Paulo, 2019) e, consequentemente, à BNCC (Brasil, 2017), sendo esta construída sob forte influência de entidades da educação privada e seus interesses, com alinhamentos à execução das avaliações externas e pautada na pedagogia das competências, caracterizada por promover o esvaziamento curricular sob o lema “aprender a aprender” que relativiza os conteúdos escolares e os subalterniza aos métodos de aprendizagem investigativos (Duarte, 2001; Gama; Prates, 2020).

De acordo com Saviani (2011), o trabalho educativo é um ato de produzir intencionalmente em cada indivíduo a humanização histórica e coletiva, sendo imprescindível distinguir o que é essencial do que é acessório, sendo os conteúdos

clássicos capazes de captar “questões nucleares que dizem respeito à própria identidade do homem como um ser que se desenvolve historicamente” (Saviani; Duarte, 2012, p. 31), caracterizados pelas noções de permanência e referência. Tais prerrogativas encontram barreiras de se efetivarem em uma base curricular orientada pela pedagogia das competências que elenca habilidades gerais sem indicação de referências que sinalizem a fundamentação ou aprofundamento dos temas propostos - um retrocesso em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais - além da omissão ou diluição de conteúdos conceituais em seus enunciados.

De acordo com Pasqualini (2019), uma concepção histórico-crítica de currículo implica admitir: “1) sua dimensão política e natureza mediadora, a partir da dialética entre objetivos e meios da educação; 2) a defesa dos clássicos, pontuando a necessária clarificação desse princípio histórico-crítico visando a evitar que se lhe dispense um tratamento simplificador e abstrato; 3) a relação entre os conteúdos do currículo e os problemas postos pela prática social global, a partir do conceito metodológico de problematização”. Malanchen e Zank (2020) destacam também a centralidade dos conteúdos nucleares nas ciências, artes e filosofia a serem priorizados para o desenvolvimento do psiquismo e superação do senso comum, além da organização lógica e gradual dos conteúdos, denunciando seu esvaziamento e fragmentação na realidade escolar.

Assim sendo, como forma de contornar esta limitação, uma diretriz curricular que incorpore princípios da pedagogia histórico-crítica, ainda que num cenário contraditório, pode oferecer elementos centrais dos conteúdos clássicos que se relacionam às habilidades da BNCC como enunciados sintéticos e referências robustas capazes de aprofundar os conteúdos. Dentro da disciplina de Ciências da Natureza, esta estratégia foi expressa por subtemas nas unidades temáticas “Matéria e Energia”, “Terra e Universo” e “Vida e Evolução” em um conjunto de ações e princípios teórico-práticos. A exemplo, em “Terra e Universo” há enunciados caracterizando as formações geológicas do município e do entorno, destacando elementos que corroboram para a teoria da deriva dos continentes e para a formação do aquífero Guarani, assim como os rios que abastecem a cidade e dados sobre saneamento. Cada enunciado é seguido de um quadro de referências de aprofundamento para cada assunto, com materiais de acesso livre, apresentando no rodapé uma lista de códigos das habilidades do Currículo Paulista correlatas com os temas apresentados.

A prática social – que expressa a atividade humana no trabalho, na cultura e na política – como princípio da pedagogia histórico-crítica deve orientar o ponto de partida (de modo empírico e sincrético) e o ponto de chegada (de modo concreto e sintético)

(Saviani, 2011), expressando-se pela relação contextual que busca mediar as esferas cotidianas e não cotidianas nos conteúdos escolares (Duarte, 2016).

Para um documento orientador curricular municipal, já existe uma expectativa de elementos contextuais em relação a elementos de territorialidade e identidade do município. Contudo, a depender da perspectiva pedagógica, temos a possibilidade da aproximação com a realidade do educando não apenas como ponto de partida, mas como limite alcançado, reforçando o cotidiano de forma fetichizada. Para evitar esta perspectiva restritiva e permitir na elaboração do texto uma proposta capaz de desenvolver a relação dialética singular-particular-universal (Pasqualini; Martins, 2015), entre as referências propostas como aprofundamento, buscou-se intercalar elementos municipais com nacionais ou globais. A exemplo, para as questões climáticas foram relacionadas referências sobre os planos municipal, estadual e nacional sobre mudanças climáticas, assim como fontes que permitem identificar e situar dados municipais de saúde e saneamento em contextos regionais ou nacionais.

Outro aspecto relacionado à prática-social incorporado na elaboração do texto é a referência a grupos e instituições que apresentam em suas práticas, no trabalho e na cultura, elementos relacionados aos temas curriculares. A exemplo, departamentos da UNESP e suas práticas extensionistas, empresas, ONGs e coletivos que oferecem atividades de educação ambiental e práticas ecológicas. Também buscamos representar o assentamento Mahatma Ghandi, que luta por reconhecimento e regulamentação fundiária, representado pelo Movimento Social da Luta (MSL), a partir do tópico “saneamento”, bem como elementos culturais de povos indígenas e africanos a partir da herança cultural do município em tópicos relacionados a astronomia e produções tecnológicas.

Além disso, como destacam Galvão, Lavoura e Martins (2019, p. 144-146) “a didática histórico-crítica exige professores com pleno domínio do *objeto* do conhecimento a ser ensinado aos alunos”, o que nos leva ao compromisso de, em um documento curricular orientador, garantir acesso a referências abundantes sobre os conteúdos clássicos e sua relação com os saberes específicos, didático-curriculares e crítico-contextuais (Saviani, 1997) que possibilitem problematização da e instrumentalização para a prática social. Assim, as referências indicadas no texto visavam possibilitar um horizonte formativo ampliado dentro das ciências da natureza, com elementos teóricos e práticos relacionados ao contexto municipal. Conforme indicado no fim da introdução do referido texto:

> Vale ressaltar que o material aqui reunido visa ampliar e fomentar um conjunto de repertórios entre professores na área de ciências da natureza e seus pares que abarque as particularidades municipais. Para tanto, o material contém referências mais direcionadas à

> formação dos educadores com possibilidades de aprofundamento, e outras mais diretamente aplicáveis, incluindo algumas propostas pedagógicas e atividades. Alguns dos textos acadêmicos, por exemplo, ainda que não sirvam para utilização na íntegra, podem ser úteis no planejamento para extração de trechos ou análise de tabelas e figuras como fotografias, gráficos, esquemas e mapas. Assim sendo, cabe aos professores identificarem, nas condições materiais de trabalho (como tempo disponível e recursos estruturais), as possibilidades de aproveitamento das indicações para sua incorporação nas aulas como ferramentas de apoio.

Enquanto elementos práticos para incorporação de princípios pedagógicos da pedagogia histórico-crítica na composição de um trabalho coletivo, é necessário buscar consensos e estabelecer diálogos com os pares, pois cada agência singular de um educador compreende decisões teóricas e políticas subjetivas que encontram no coletivo contradições, oposições, resistências e aceitação que podem produzir consensos rumo a perspectivas críticas e emancipatórias quando há uma proposição bem fundamentada.

Complementarmente, é preciso buscar tensionar os limites dos conflitos de interesses políticos entre o Estado e uma educação emancipatória, buscando inserir, sempre que possível, referências que explicitem a luta de classes e as relações de opressão de modo a incorporar movimentos sociais e outras formas de organização direcionadas a lutas emancipatórias. No caso específico, sem mencionar diretamente o Movimento Social da Luta, indicamos o assentamento Mahatma Ghandi como uma questão de saneamento no currículo, referenciando um projeto de extensão universitária na comunidade e uma reportagem da mídia local “Agência 14 News” (2025) sobre decisão judicial exigindo religar o abastecimento de água da comunidade após um corte sofrido. Também no eixo “Matéria e Energia”, são feitas menções pontuais sobre a produção tecnológica do país no contexto econômico de dependência e como esta influência se expressa a nível municipal. A indicação foi acolhida pelos colegas e seguiu para a aprovação no currículo.

3. Conclusões

Ao analisarmos o texto da área de ciências da natureza produzido nas diretrizes curriculares municipais de Botucatu, sem a intenção de qualificá-lo como filiado à pedagogia histórico-crítica, podemos compreender que houve aproximações possíveis dentro de um contexto contraditório e plural. Esta experiência permite que façamos uma reflexão sobre limites e potenciais da incorporação de princípios pedagógicos alinhados a uma perspectiva crítica e emancipatória, pautada na prática

social que equaciona referências voltadas para problematização e instrumentalização, mediando esferas cotidianas e não cotidianas, desafiando a lógica do esvaziamento dos conteúdos escolares em favor do suposto “aprender a aprender”.

Destacamos que toda produção de documentos orientadores curriculares requer leitura crítica, de modo que as práticas pedagógicas não se tornem executoras passivas de seus enunciados. Assim sendo, esta tentativa de aproximação do referencial histórico-crítico em um contexto contraditório pode suscitar novas análises, bem como novos compartilhamentos de experiências similares em outros contextos que também busquem aproximações com o referencial a fim de aprimorar e ampliar os princípios aqui propostos e discutidos.

4. Principais referências

AGÊNCIA 14 NEWS. **Justiça concede liminar para religar água em assentamento**. Botucatu: 2025 [online]. Disponível em: <https://14news.com.br/geral/justica-concede-liminar-para-religar-agua-em-assentamento/>

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, Consed, Undime, 2017, 600p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf>.

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. Editora Autores Associados, n. 18, p. 35-40, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c033b42d-be61-4d60-8d17-e7357543fcb1>.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

DUARTE, N. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2000.

GALVÃO, A. C.; LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. **Fundamentos da didática histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2019.

GAMA, C. N.; PRATES, A. C. Currículo e trato com o conhecimento: contribuições à luz da pedagogia histórico-crítica e da abordagem crítico-superadora. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D de M; ORSO, P. J. (Org.). **A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas – SP: Autores Associados, 2020.

MALANCHEN, J.; TRINDADE ZANK, D. O currículo escolar e os fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica no Brasil. **Paulo Freire. Revista De Pedagogía Crítica**, v 23, p. 195-216, 2020. Disponível em:<http://revistas.academia.cl/index.php/pfr/article/view/1592>.

PASQUALINI, J. C. Três teses histórico-críticas sobre o currículo escolar. **Educ. Pesqui**., São Paulo , v. 45, e214167, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100599&lng=en&nrm=iso>.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M.. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 362–371, maio 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WFbvK78sX75wDNqbcZHqcPj/abstract/?lang=pt>.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria Estadual de Educação. **Currículo Paulista**. São Paulo, 2019, 525 p. Disponível em: <http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/curriculo_paulista_26_07_2019.pdf>.

SAVIANI, D. A função docente e a produção do conhecimento. **Educação e filosofia, Uberlândia**, v. 11, n. 21/22, p. 127-140, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v11n21/22a1997-889>.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª. ed. Campinas, Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. 184pp. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.